

LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: AS MANIFESTAÇÕES DO CAMPO NOS MUNICÍPIOS DE UBERABA E UBERLÂNDIA (MG) ¹

Beatriz Silva da Costa² 

Janaína Francisca de Souza Campos Vinha³ 

Destaques:

- No capitalismo a questão agrária é marcada pela conflitualidade.
- Uma das expressões da luta pela terra são as manifestações do campo, organizadas pelos movimentos socioterritoriais nas cidades.
- MLST e MST são os movimentos mais atuantes.
- A principal reivindicação relaciona-se à terra e os tipos de manifestações mais realizadas são o bloqueio e a concentração em espaços públicos.
- A hegemonia das elites agrárias fragiliza a articulação política dos movimentos socioterritoriais.

Resumo: A presente pesquisa aborda as manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais do campo nos centros urbanos, consideradas como estratégias de luta para a criação e/ou manutenção de territórios camponeses. Foram compreendidas as manifestações ocorridas nos municípios de Uberaba e Uberlândia (MG) no período de 2000-2018. Foram empregadas abordagens quantitativas e qualitativas, com enfoque para a segunda. Obtivemos dados acerca da quantidade de manifestações, tipos mais recorrentes, reivindicações e movimentos socioterritoriais mais atuantes. Entendemos a relação dos municípios com as elites agrárias, bem como os reflexos dessa relação no processo de enfrentamento, resistência e articulação política dos movimentos. As manifestações são ações que reivindicam por direitos e melhores condições de vida no campo.

Palavras-chave: Questão agrária; Manifestações do campo; Luta pela terra; Uberaba; Uberlândia.

STRUGGLE FOR LAND IN THE TRIANGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: THE DEMONSTRATIONS OF THE CAMPO IN THE MUNICIPALITIES OF UBERABA AND UBERLÂNDIA (MG)

Abstract: This research addresses the manifestations carried out by rural socio-territorial movements in urban centers, considered as important fight strategies for the creation and/or maintenance of peasant territories. The manifestations that took place

¹ Trabalho aprovado no III Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XV Seminário de Pós-graduação em Geografia, ocorrido nos dias 31 de maio e 02 e 04 de junho de 2021 e selecionado para publicação em parceria com o periódico.

² Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: bia.scosta2@gmail.com

³ Professora na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), campus Uberaba. E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br

in the municipalities of Uberaba and Uberlândia (MG) in the period 2000-2018 were included. Quantitative and qualitative approaches were used, focusing on the second. We obtained data on the number of manifestations, the most recurrent types, the most active claims and socio-territorial movements. We understand the relationship of the municipalities with the agrarian elites, as well as the consequences of this relationship in the struggle and political articulation of the movements. The demonstrations are actions that demand rights and better living conditions in the countryside.

Keywords: Agrarian question; Field demonstrations; Fight for land; Uberaba; Uberlândia.

LUCHA POR LA TIERRA EN EL TRIANGULO MINEIRO / ALTO PARANAÍBA: LAS DEMOSTRACIONES DEL CAMPO EN LOS MUNICIPIOS DE UBERABA Y UBERLÂNDIA (MG)

Resumen: Esta investigación aborda las manifestaciones que realizan los movimientos socio-territoriales rurales en los centros urbanos, considerados como importantes estrategias de lucha para la creación y / o mantenimiento de territorios campesinos. Se incluyeron las manifestaciones que tuvieron lugar en los municipios de Uberaba y Uberlândia (MG) en el período 2000-2018. Se utilizaron enfoques cuantitativos y cualitativos, con especial atención al segundo. Obtuvimos datos sobre el número de manifestaciones, los tipos más recurrentes, los reclamos más activos y los movimientos socio-territoriales. Entendemos la relación de los municipios con las élites agrarias, así como las consecuencias de esta relación en la lucha y articulación política de los movimientos. Las manifestaciones son acciones que reclaman derechos y mejores condiciones de vida en el campo.

Palabras clave: Cuestión agraria; Demostraciones de campo; Lucha por la tierra; Uberaba; Uberlândia.

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

BRASILEIRA: APRESENTANDO AS MANIFESTAÇÕES COMO EXPRESSÕES DA LUTA PELA TERRA

O presente trabalho busca compreender as manifestações do campo realizadas pelos movimentos socioterritoriais nas cidades. Assim, nesse ensaio, são analisadas as manifestações ocorridas nos municípios de Uberaba e Uberlândia (MG) no período de 2000-2018. Foram discutidas a quantidade de manifestações, os tipos mais recorrentes, as reivindicações e os movimentos socioterritoriais mais atuantes.

Para adentrar essa reflexão, é importante apresentar alguns elementos teóricos que sustentaram nossa análise, sendo a questão agrária o pressuposto central. Sobre a questão agrária brasileira, entendemos que, por se tratar de uma problemática territorial ela é, também, uma problemática social e econômica, caracterizada pelo alto grau de concentração da terra pelas elites

agrárias. A estrutura fundiária, que historicamente em nosso país é desigual e mal distribuída, se coloca para geógrafos e geógrafas como uma questão territorial que extrapola e aflora outros aspectos que contribuem para a produção do espaço geográfico – social, econômico, cultural, político, ambiental, etc..

Não é de hoje que esse tema é amplamente debatido. Durante o século XIX, Kautsky (1986) já discutia a questão agrária na Alemanha durante o governo social-democrata. No Brasil, a invasão colonizadora que instituiu o modelo das Sesmarias no século XVI e a Lei de Terras, no século XIX, evidenciam como a questão agrária foi sendo forjada sob o signo da concentração da propriedade rural. Esse cenário influenciou a construção de um projeto nacional edificado com base no latifúndio e, posteriormente, no agronegócio, concentrando, desde cedo, a terra, o poder e os direitos.

Sobre a questão agrária, Prado Jr. (1987, p. 125) afirma a necessidade de “(...) fazer com que a utilização da terra no Brasil se realize em benefício principal daqueles que nela trabalham, e não constitua apenas, como é o caso presente, simplesmente um negócio de pequena minoria”. Ainda, afirma a existência da luta de classes no campo, em que os dois setores essenciais da agropecuária brasileira são caracterizados por “grandes proprietários e fazendeiros de um lado; trabalhadores sem-terra, ou com insuficiente quantidade de terras, do outro”.

Assim, a questão agrária está ligada diretamente aos conflitos por terra, revelando a necessidade da reorganização da estrutura fundiária no cumprimento da sua função social. Tal questão é abordada a partir de dois processos contraditórios: a conflitualidade e o desenvolvimento rural (FERNANDES, 2008). A conflitualidade não se restringe ao enfrentamento ou conflito, mas manifesta-se pela desigualdade estrutural e contraditória inerente do modo de produção capitalista no campo, criando tensões, exclusões e subordinações. O conflito não é um processo externo ao desenvolvimento. O campesinato se (re)produz através dos conflitos, (re)criando sua existência ao longo da história. Um exemplo é quando os processos de lutas são promovidos com a construção de acampamentos e ocupações de terra, as quais se transformam em assentamentos rurais. É por isso que Fernandes (2008) afirma

que tanto a conflitualidade como o desenvolvimento rural são características da contradição estrutural do capitalismo, pois o mesmo produz, simultaneamente, a concentração da riqueza, a expansão da pobreza e o desenvolvimento no campo:

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também – novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento. Por outro lado, as políticas mercantis não têm apresentado resultados amplos de ressocialização que possam impedir ou convencerem as famílias sem-terra a abandonarem suas ações. O Estado também não consegue acompanhar os conflitos para solucioná-los. Por tudo isso, nas considerações finais, proponho o “empate” com espaço – diálogo em que os interessados possam debater o conflito como desenvolvimento, não criminalizar a luta, tratando-a por meio de diferentes políticas no processo da conflitualidade (FERNANDES, 2008, p. 4).

A questão agrária no país é consequência do desenvolvimento do capitalismo no campo, cujo agronegócio é uma das expressões mais pujantes na contemporaneidade. Sobre tal modelo, Alentejano (2011) destaca quatro questões: a persistência da concentração e a desigualdade resultante; a internacionalização cada vez mais frequente da agricultura; as transformações na dinâmica produtiva; e a persistência da violência, exploração e devastação ambiental no campo.

Diante desse cenário, a reforma agrária reafirma-se historicamente como política que atravessa, principalmente, a problemática da desigual estrutura fundiária brasileira. Por muito tempo, um dos principais instrumentos de luta foram as ocupações, ações que espacializam a luta pela terra no enfrentamento direto contra o capital no campo. Fernandes (2001) já as caracterizava pelo tipo de experiência, podendo ser: “espontâneas e isoladas, organizadas e isoladas, organizadas e especializadas”. A ação de ocupar parte de uma necessidade de sobrevivência, e a partir dela, os movimentos compuseram outras diferentes

formas de luta. Uma delas são as manifestações que ocorrem nas cidades, as quais são discutidas no presente artigo.

Os procedimentos metodológicos empregados basearam-se no levantamento de dados quantitativos, utilizando a plataforma DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. O DATALUTA é um projeto de pesquisa e extensão que registra os dados da luta pela terra. Foi criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da UNESP, Campus de Presidente Prudente. Na metade dos anos 2000, o projeto alcançou outros centros de pesquisa, ampliando seu escopo e concretizando a Rede DATALUTA, e reúne cerca de 15 grupos de pesquisas de universidades brasileiras de todo o país.

Também foi utilizada a abordagem qualitativa, com o uso de referências bibliográficas e fontes documentais, assim como duas entrevistas realizadas com lideranças regionais do MST e MTST.

O trabalho foi organizado em dois eixos. O primeiro faz uma reflexão sobre as manifestações do campo, enfatizando-as como expressões da luta pela terra. Discute elementos das manifestações no Brasil, Minas Gerais e no Triângulo Mineiro para, posteriormente, adentrar Uberaba e Uberlândia, entendendo-as como formas de luta na conquista e/ou manutenção dos territórios do campesinato. Por fim, analisa a quantidade de manifestações, os tipos mais recorrentes, as reivindicações e os movimentos socioterritoriais mais atuantes. O segundo eixo retoma o processo formativo das elites na região do Triângulo Mineiro e os desdobramentos que atingem o processo de luta pela terra. Tal processo constitui-se como um dos fatores para o entendimento da articulação política dos movimentos nos dois municípios pesquisados.

MANIFESTAÇÕES DO CAMPO: EXPRESSÕES DA LUTA PELA TERRA EM UBERABA E UBERLÂNDIA (MG) PARA CONQUISTA E/OU MANUTENÇÃO DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES

As manifestações são concebidas como estratégias de luta e resistência organizadas por movimentos socioterritoriais que visam reivindicar condições dignas e justas para a população camponesa. A maioria das manifestações ocorrem nas cidades, sobretudo em grandes centros urbanos e capitais, e

objetivam denunciar, ao tornar público, as mazelas e problemas sociais enfrentadas, espacializando as lutas do campo nas cidades. Configuram-se como uma maneira de pressionar o Estado e, ao mesmo tempo, despertar a consciência crítica na população das cidades (PEREIRA, 2015). Elas podem ser compreendidas pelas suas formas de atuação, espaços de ocorrência, movimentos socioterritoriais atuantes e reivindicações (PEREIRA, 2015).

No Brasil ocorreram, entre 2000 e 2018, 13.993 manifestações que envolveram 7.676.644 pessoas. Destaca-se um maior percentual na região Nordeste, que representa pouco mais de 34% das manifestações do Brasil. Em contrapartida, a região Norte foi a que menos manifestações realizou, somando 14,3% do total brasileiro. A ordem se repete quando observado o número de pessoas envolvidas. O Nordeste apresenta a maior representatividade, somando 36,1%, e o Norte com um menor número, 10,3% (DATALUTA, 2020).

Nos últimos tempos nota-se que as manifestações vêm se especializando pelo território nacional. Sobre isso, João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, afirma que:

Agora a ocupação de terras é insuficiente para enfrentar o modelo do agronegócio. Por isso, além das ocupações, o MST deve desenvolver novas formas de luta, que envolvam todos os camponeses e outros setores da sociedade interessados em mudar esse modelo de exploração agrícola, que agride o ambiente e produz alimentos contaminados (STEDILE, 2010, p. 1).

Os espaços que ocorrem essas manifestações, em grande parte, concentram-se nas capitais. Elas proporcionam maior visibilidade para suas reivindicações, chamando atenção da sociedade e de órgãos do Estado, já que, geralmente, são nessas capitais que se concentram as esferas do poder, tendo como principais alvos o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (PEREIRA, 2015). Além das grandes capitais, tais ações podem ocorrer também em municípios que possuem quantidade significativa de assentamentos, ocupações e acampamentos.

O acampamento, bloqueio de rodovia, caminhada/marcha, celebração religiosa, concentração em espaços públicos, interdições, ocupação a prédio

públicos e privados, retenção de veículo, saque, temática, e vigília são as principais tipos de manifestações no país (PEREIRA, 2015).

As reivindicações no estado de Minas Gerais são principalmente em busca do direito à água, contra a injustiça, a violência, a impunidade, as barragens, as grilagens e as monoculturas. Acontecem também visando cumprimento de acordos, infraestrutura, educação e reforma agrária (DATA LUTA, 2020). Em relação aos movimentos atuantes, nem todos são de camponeses ou trabalhadores de campo, tendo também a Fundação SOS Mata Atlântica (FSOSMA), Greenpeace, Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (IDESC), Instituto Vidágua, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Organizações Independentes.

De acordo com Pereira (2015), além de lutarem pela terra, reivindicam, também, políticas ambientais, de defesa dos povos tradicionais, de respeito aos direitos humanos, contra à fome, à pobreza e questões trabalhistas. Ainda, podem se dar por políticas agrícolas, infraestrutura, educação, saúde, questões indígenas e quilombolas.

As manifestações evidenciam, na maioria das ações, a luta pela permanência, mas também políticas de acesso à terra. Em ambos casos, revelam a contínua disputa por uma parcela do território, seja pelo ou no território. Segundo Raffestin (1993, p. 60), “o território é um espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”.

Para compreender o território é impossível dissociá-lo do espaço, visto que “o espaço é a materialização da existência humana” (LEFEBVRE, 1991, p. 102). Fernandes (2008, p. 3) afirma que “as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais (...)Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios”, sendo que “a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço”. Para Raffestin (1993, p. 143), “o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator "territorializa" o espaço”. Classifica o espaço como “prisão original”, e o território como “prisão construída”.

As manifestações representam a continuidade de um processo de (re)produção do campesinato que se inicia com a conquista do assentamento,

isto é, de uma parcela do território, mas que não cessa, uma vez que a luta pela permanência é uma realidade que aflige e mobiliza esses sujeitos na realização de ações nas cidades. Por isso, compreendemos que as manifestações são expressões da luta de movimentos socioterritoriais que acontecem em espaços que emanam conflito, disputas e tensões do campesinato.

Ancorada à uma estrutura fundiária extremamente concentrada, a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma das regiões de Minas Gerais com os maiores índices de ações dos movimentos socioterritoriais, seja pela ocupação, manifestação ou formação de acampamentos, assim como Noroeste e Norte do estado (CLEPS JR., 2013).

Tal estrutura fundiária foi base para o avanço da cultura da cana-de-açúcar nessa região, sobretudo no município de Uberaba (MG), a qual apresentou uma expressiva territorialização na última década, especialmente com a instalação de duas usinas no início desse século: a Usina Vale do Tijuco (Grupo JF Citrus/CMAA) e a Usina Uberaba (Grupo Balbo Coopersucar). A cidade foi considerada, entre 2017 e 2018, uma das que mais produziram cana-de-açúcar no Brasil, “ocupando o terceiro lugar no ranking nacional segundo o IBGE de 2019” (FERREIRA; VINHA, 2020).

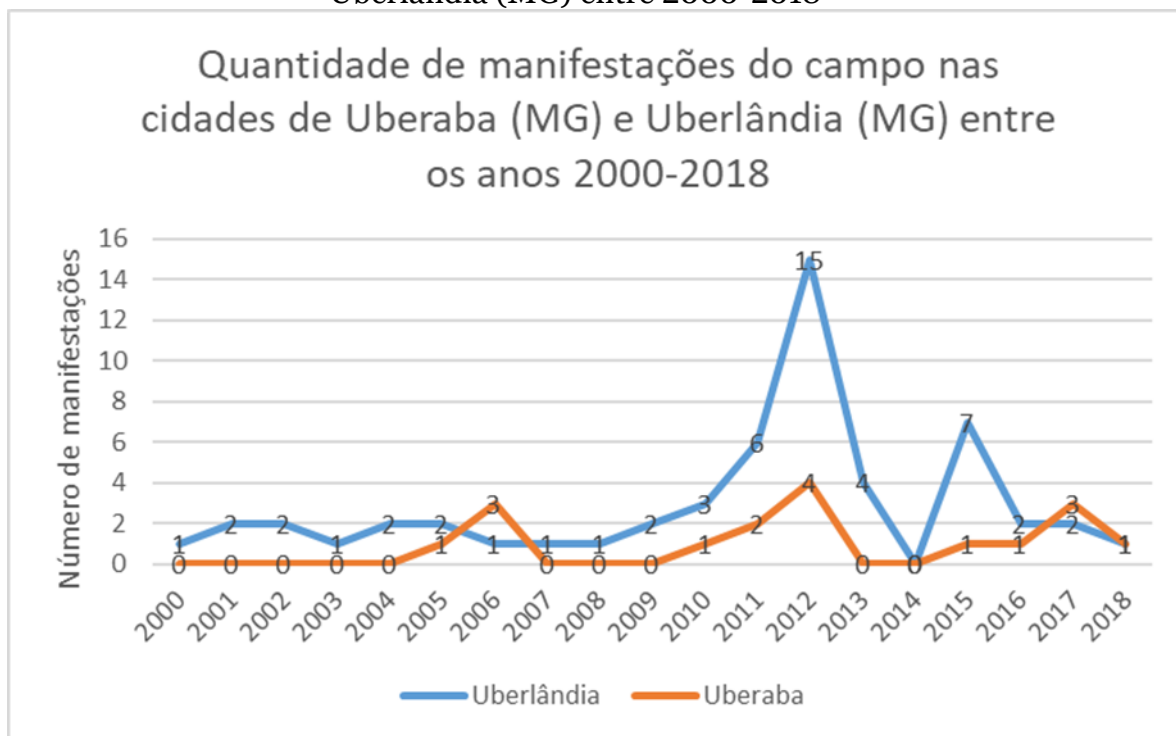
Para apreender melhor tamanha dimensão de Uberaba, destaca-se o fato de que em “1990 a área era de 21.000 ha destinados ao plantio da cana-de-açúcar, com uma produção de 1.365.000 t. Já no ano de 2017, a área aumentou para 75.200 ha, com uma produção de 6.768.000 t., tornando-se destaque regional, estadual e nacional” (FERREIRA; VINHA, 2020).

Essa é também uma das regiões que se concentra a maior parte das terras desapropriadas para a reforma agrária no estado, novamente em conjunto com Noroeste e Norte de Minas Gerais (CLEPS JR., 2013). Tal região é detentora de cerca de 80 manifestações entre 2000-2018, com a participação de 18.142 pessoas (DATA LUTA, 2019), fato que aponta o significativo cenário de lutas no estado.

No Gráfico 1 estão representadas as manifestações ocorridas em Uberaba e Uberlândia, totalizando 72 ações. No município de Uberaba, entre os anos de 2000 e 2018, foram realizadas 17 manifestações; já na cidade de Uberlândia,

foram 55 atos. Em ambas, o ano que mais ocorreu atos foi 2012: em Uberaba ocorreram 4 manifestações, e em Uberlândia 15.

Gráfico 1 – Quantidade de manifestações do campo em Uberaba (MG) e Uberlândia (MG) entre 2000-2018

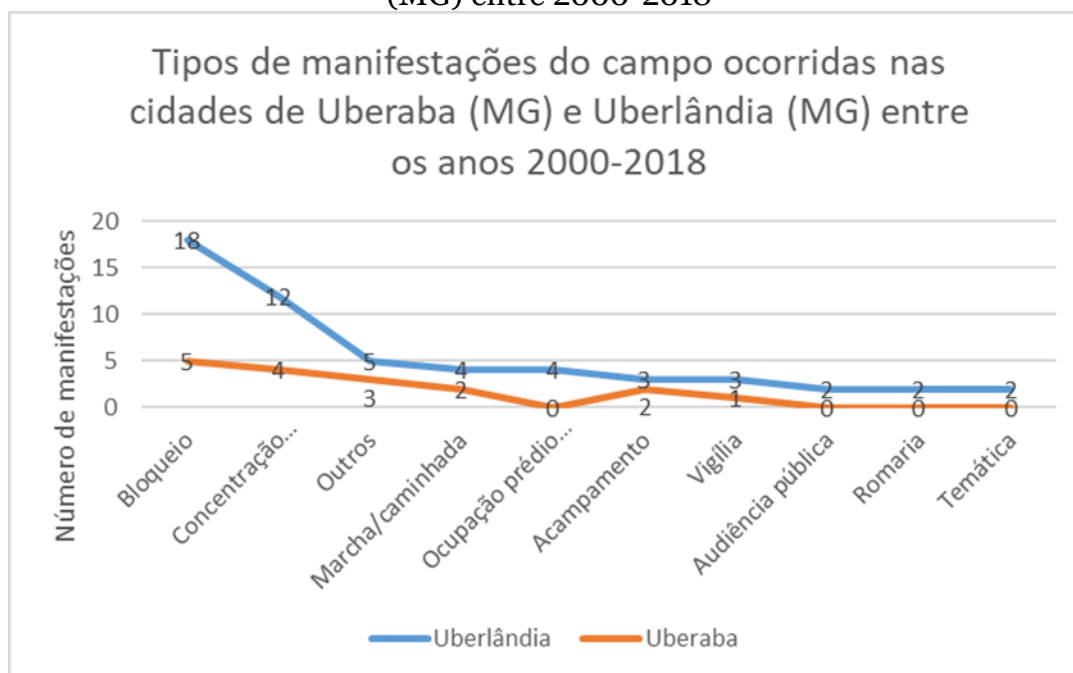


Fonte: DATALUTA, 2019. Organização: Beatriz Costa.

Em 2012, o governo da presidenta Dilma Rousseff criou poucos assentamentos rurais, como também pouquíssimas desapropriações de terra foram realizadas. O governo vivenciou uma de suas maiores crises, com a realização de greves do setor público federal que buscavam reajustes salariais, além de 2012 ser, também, um ano de eleições presidenciais. Assim, o contexto político teve grande peso no crescimento das manifestações nesse ano, fato que culminou em 19 ações nos dois municípios.

Observando o gráfico 2, nota-se que em Uberlândia e Uberaba o tipo mais recorrente de manifestações são os bloqueios, com 18 e 5 manifestações respectivamente, seguido pela concentração em espaços públicos, que totalizam 12 e 4 manifestações. Os bloqueios dão maior visibilidade aos movimentos, assim como para o ato em si e suas reivindicações. O mesmo pode ser dito à respeito das concentrações em espaços públicos, que no estado é a principal forma utilizada para se manifestar e o segundo mais utilizado em Uberaba e Uberlândia.

Gráfico 2 – Tipos de manifestações do campo em Uberaba (MG) e Uberlândia (MG) entre 2000-2018



Fonte: DATALUTA, 2019. Organização: Beatriz Costa.

Em Uberaba, foram registradas 3 diferentes tipos de reivindicações, sendo as relacionadas à terra as mais populares, com 12 manifestações. Na sequência temos a demanda trabalhista, com duas, e por último direitos humanos, com apenas uma manifestação. Já em Uberlândia, que possui dados mais expressivos, há ocorrência de mais tipos de reivindicações, mas as relacionadas à terra continuam sendo as principais e mais populares, com 31 manifestações. As manifestações que tem como característica a terra, geralmente, possuem como demanda a realização a política de reforma agrária ou são contra a monocultura. Esse cenário está intimamente ligada a questão agrária que, como dito, se desenvolve a partir da extrema concentração de terra e da ausência da política de reforma agrária massiva, estrutural e redistributiva.

O MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) se destacam como os movimentos mais atuantes. É interessante observar que no recorte espacial do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o MLST é quem predomina na quantidade de manifestações, diferente de outras regiões de Minas Gerais, como Belo Horizonte, em que predominam o MAB, MST e CPT. Só em Uberlândia o MLST fez 19 manifestações, seguido pelo MST, com 17. Já no município de Uberaba o

movimento mais atuante foi o MST, com 8 manifestações, seguido pelo MLST, com 4.

Importante salientar que o MLST possui uma expressividade em sua atuação no Triângulo Mineiro, mesmo sendo um movimento de ação nacional. Carvalho (2011, p. 91) afirma que “o movimento já conquistou 40 assentamentos na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e dentre eles, 14 assentamentos estão no município de Uberlândia”.

O MLST surgiu em 1997, se diferenciando dos demais pois “já nasceu com aspiração nacional” (CARVALHO, 2011). Já o MST, “iniciou sua atuação em Minas Gerais concomitante a sua atuação na região Sul do país” onde “vieram as primeiras lideranças do MST para o Triângulo Mineiro em 1989” (CARVALHO, 2011, p. 94). Após inúmeras divergências, “apenas em 1997 o MST retornou à região e criou uma sede regional do movimento em Uberlândia”, estando ele “já consolidado na região e seu diferencial é o investimento na formação de consciência de classe. O MST já conquistou 13 assentamentos apenas no Triângulo Mineiro” (CARVALHO, 2011, p. 95).

Nem todas as manifestações envolveram somente os movimentos aqui citados. É muito comum a ocorrência de ações conjuntas entre esses e outros movimentos, objetivando maior visibilidade, força e unidade política. Tais parcerias podem ser entre os movimentos mais conhecidos, assim como com movimentos que ainda detém pequena visibilidade política e articulação. Se torna fato que “a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba se difere pela grande diversidade de movimentos se comparada ao restante do estado de Minas Gerais e também comparada ao cenário nacional” (CARVALHO, 2011, p. 102). Além disso, dentre os diversos movimentos atuantes, o MST e MLST possuem significativa relevância no cenário de lutas da região e se fazem fundamentais na construção e manutenção do território camponês.

Os índices de manifestações entre 2000-2018 realizadas em Uberaba são menores se comparados à Uberlândia. Um dos fatores que contribuem para essa realidade, como anteriormente já mencionado, refere-se à localização geográfica dessas ações, as quais são mais incidentes em grandes capitais e maiores centros urbanos.

Um dos entrevistados confirma essa questão:

“Uberlândia tem uma mobilização maior, uma esquerda organizada maior, o que acaba facilitando a mobilização. Em Uberaba temos isso menor, temos menos luta pela terra, menos esquerda mobilizada. Em Uberlândia as ações são maiores, consegue-se assim fazer um ato contra o Bolsonaro pedindo seu Impeachment, conseguindo mobilizar 1000 ou 2000 pessoas, já em Uberaba não conseguiria tanto, conseguiria em torno de 200 a 300 pessoas. Então as formas de alcançar o público são diferentes nas duas cidades, mas a necessidade de se organizar é a mesma, de continuar enfrentando. É importante fortalecer que a luta é que vai gerar os processos positivos e os negativos” (J.M.S, 2021, entrevista).

Além disso, o processo sócio-histórico relacionado ao desenvolvimento de ambas é outro fator que merece atenção, debate que incursamos à seguir.

FORMAÇÃO DAS ELITES NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E OS DESDOBRAMENTOS NO PROCESSO DE LUTA PELA TERRA

A “formação regional do Triângulo Mineiro como centro de distribuição de mercadorias para o Brasil Central, assim como seu desenvolvimento agropecuário, impulsionou a economia de alguns municípios da região, como Uberlândia, Uberaba e Araguari” (PACHECO, 2015, p. 26). Desta forma, tal processo em Uberaba se deu a partir da intensa expansão do latifúndio e da pecuária, o que resultou em um poder concentrado, principalmente pelos coronéis.

Tal fato é corroborado por L.C.G (56):

“Em Uberlândia o trabalho e mobilização teve mais apoio, já em Uberaba sempre foi mais difícil, visto que é a “terra do zebu”. Uberaba o movimento é mais lento, mais devagar. Em Uberlândia o movimento tem mais agilidade, volume e capacidade de força e pressão. Até porque em Uberaba a direita, a burguesia e os ruralistas são muito mais fortes, muito mais acirrados, mais truculentos. Mas quando a luta é bem-feita e bem articulada, não tem nada que impede. Agora independente se é difícil ou não, a luta tem que ser feita, porque só a luta muda a vida das pessoas”.

A cidade foi a principal do Oeste mineiro até meados do século XX e uma das mais antigas do Triângulo Mineiro. Atuou como rota de passagem para Goiás e Mato Grosso - após o genocídio dos índios Caiapós que viviam na região. Dotada de terras férteis para a produção agrícola e com boa localização geográfica, houve um grande embate por sesmarias, originando a ascensão do

poder dos fazendeiros que, além de monopolizar a terra, também monopolizaram as atividades voltadas ao comércio (FONSECA, 2014).

Com a Guerra do Paraguai, Uberaba se tornou ponto de passagem obrigatória em direção ao Mato Grosso, se tornando um centro comercial com aparência e traços rurais, alterada com a chegada da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro (CMEF). A partir desse momento, houve a transferência das casas dos coronéis para a cidade. Com a expansão da ferrovia para outros estados e municípios, Uberaba foi perdendo importância como rota comercial entre São Paulo e Mato Grosso, sendo este o “derradeiro golpe à economia local” (FONSECA, 2014, p. 204) Mas como os fazendeiros já estabeleciam contatos comerciais com a Índia, iniciou-se o processo de importação do gado Zebu, e em pouco tempo a cidade se tornou referência em bovinocultura. A pecuária se intensificou, principalmente a partir de 1906, fortalecendo-se em detrimento da atividade comercial-urbana.

Sendo assim, “a economia urbana deixou de ser importante e a fazenda passou a centralizar os interesses das camadas dirigentes”. O “processo de modernização foi interrompido e a cidade se fechou em torno dos valores decorrentes de uma vida voltada para atividades rurais” (FONSECA, 2014, p. 205).

Ainda no período da Guerra do Paraguai, houve um incentivo para a população uberabense se alistar, e de acordo com Fonseca (2014, p. 206), “a presença deste conflito na cultura política da cidade é tão importante que, mais tarde, a figura do voluntário de guerra seria incorporada oficialmente no escudo do município”. Assim, “notamos que um dos elementos que mais caracterizam a imaginação da sociedade de Uberaba a partir dessa época é a grande força concreta e simbólica dos coronéis”. Era comum encontrar pessoas poderosas com patentes de coronel, tenente, major, capitão e etc., e “assim, a instrumentalização do prestígio conferido pela concessão dos títulos se constituiria em um procedimento largamente utilizado para cooptar os chefes locais” (FONSECA, 2014, p. 206).

Como não havia nessa época uma forte e numerosa classe média, sendo a maioria roceiros empobrecidos, o patrão ou coronel era visto como um benfeitor. Além disso, em razão da precariedade dos serviços públicos, tais

coronéis exerciam um grande número das funções do Estado. Tal apoio se materializava também na entrega dos cargos públicos aos coronéis, sendo importante para a manutenção do poder de tais elites agrárias, que se perpetuam no município até os dias de hoje, responsáveis pela forte concentração das terras na região, utilizadas, principalmente, para criação do gado Zebu e produção da cana-de-açúcar, soja e milho.

De acordo com Vinha e Masson (2018, p. 441), “a desigual distribuição fundiária no campo mineiro é fruto das transformações promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo que remonta séculos. Com o declínio da mineração no final do século XVIII, a atividade econômica que passou a forjar as condições necessárias para o processo de ocupação do estado foi a agropecuária”. O modo de produção capitalista foi desenvolvido com base no latifúndio e no agronegócio, dinâmica expressa no município de Uberaba, detentor de uma estrutura fundiária concentrada e desigual.

Sobre a concentração no município de Uberaba (MG), Vinha e Masson (2018) explicam:

São 297 propriedades rurais classificadas como grandes (superior a 15 ha) e que ocupam quase 245 mil ha. São 662 médias propriedades, abarcando pouco mais de 127 mil ha. No que diz respeito às pequenas propriedades, estas configuram 768 imóveis; os minifúndios 782 imóveis, e junto com as pequenas propriedades somam pouco mais de 47 mil hectares. Isso quer dizer que dos 420 mil hectares ocupadas por todas as propriedades cadastradas, quase 60% está sob o controle do latifúndio, enquanto que os pequenos abrangem cerca de 11% das terras (VINHA; MASSON, 2018, p. 448).

Uberlândia, à princípio, era um pequeno distrito de Uberaba, chamada São Pedro do Uberabinha, e até o início do século XX não se configurava como “o principal centro urbano regional, como se configura na realidade” (PACHECO, 2015, p. 31).

Em 1888 o município se emancipou, e após três anos, denominou-se Uberabinha. Com a chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro houve uma mudança na dinâmica da cidade, mas é somente em 1912, com a instalação da Companhia Mineira de Auto Viação Intermunicipal (CMAVI), que a cidade começou a se diferenciar das demais (PACHECO, 2015, p. 33).

Durante os anos seguintes, a cidade se desenvolvia de acordo com os interesses da classe dominante, que através da especulação imobiliária, valorizava o espaço que lhe interessasse, enquanto as classes mais pobres viviam à margem desse progresso. Já nas décadas de 1940 e 1950, “o perímetro urbano de Uberlândia é expandido, assim como sua influência no comércio regional, consolidando seu mercado no Centro-Oeste brasileiro através do comércio atacadista” (PACHECO, 2015, p. 35).

No início da década de 1960 foi instalada em Uberlândia a “Cidade Industrial” a fim de atrair indústrias para a região. Desta forma, na década de 1970, grandes indústrias foram instaladas na cidade, como: Companhia de Cigarros Souza Cruz, a Cargill Agrícola S.A, a Braspelco, a Rezende Alimentos, a Uberlândia Refrescos, dentre outras.

Já em relação à participação dos movimentos sociais na região e nos municípios, é na década de 1970 que as primeiras e principais lutas por terra na região acontecem, como é o caso da criação dos assentamentos de Iturama e de Santo Inácio Ranchinho, que representam a consolidação dos primeiros assentamentos da região (CARVALHO, 2011). Dentre os movimentos atuantes na região, estão o MTL, MLST e MST.

A mesorregião do TM/AP é a que possui maior número de assentamentos de Minas Gerais, totalizando 88, e “o município de Uberlândia é o que possui mais assentamentos, com 14. No município de Uberaba, há 3 assentamentos rurais: Maringá – Monte Castelo (MST), Tereza do Cedro (FETAEMG) e Dandara (MST) (CLEPS. JR. ET AL., 2015).

Ao analisar ambas cidades, uma das razões que explicam o fato das manifestações serem mais significativas em Uberlândia está diretamente associada ao processo sócio-histórico que deu peso às elites dominantes, principalmente em relação à elite agrária uberabense, a qual imputou entraves decisivos ao desenvolvimento da cidade. A hegemonia das elites no processo sócio-histórico reflete na própria articulação política de luta dos movimentos, limitando ou ampliando suas ações nos municípios pesquisados.

Mesmo observando distinções, é possível afirmar que as manifestações na região, consideradas uma das mais pujantes no estado, representam a continuidade de um processo de (re)produção do campesinato que se inicia com

a conquista do assentamento, ou seja, do território, mas que não cessa, pois a luta pela permanência na terra continua sendo uma realidade dura que repercute em manifestações nas cidades. Por isso, compreendemos que as manifestações são expressões da luta no território protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais e que atualizam a complexa trama que envolve a questão agrária brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho refletiu as manifestações do campo nas cidades, com ênfase para a quantidade de manifestações, principais tipos, reivindicações e movimentos socioterritoriais mais atuantes em Uberaba e Uberlândia (MG).

Uberlândia, com 55 atos, destaca-se, fato atrelado à expansão do seu centro urbano e da criação de inúmeros assentamentos rurais. Uberaba, com 17 manifestações, reflete um processo sócio-histórico em que o agronegócio e o latifúndio são muito presentes, o que fragiliza a articulação política na luta camponesa.

O MLST e MST são os movimentos que mais atuaram em manifestações, cujas reivindicações tem como demanda central a terra, além das políticas agrícolas, questões trabalhistas, direitos humanos, acesso à créditos e contra injustiça/violência. O bloqueio e a concentração em espaço públicos figuram como os tipos mais recorrentes de manifestações, justificadas pela grande visibilidade que alcançam nesses espaços.

Mesmo diante da pujança do capital no campo, compreende-se que as manifestações são formas de luta que evidenciam o movimento contraditório do capitalismo no campo. Elas atualizam o debate sobre a questão agrária, sinalizando para lutas que potencializam a criação/manutenção dos territórios do campesinato.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do Triângulo Mineiro pelo apoio através da concessão da bolsa de iniciação científica (BIC-UFTM).

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 36, p. 116-142, 2011.

CARVALHO, Natália Dayrell de. **Luta pela terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

CLEPS JR., João; FREITAS, Ricardo L. de; VICTOR, Fabiana Borges. Reforma agrária e ações dos movimentos socioterritoriais do campo em Minas Gerais: 25 anos de lutas e resistências. **Boletim DATALUTA**, abril, 2013, p. 191-217.

CLEPS JR. (et al.). **Relatório DATALUTA Minas Gerais 2015**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016. Disponível em: <
http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/minas/dataluta_mg_2016.pdf> Acesso em: 29 mai. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à Terra**. 2001. Disponível em:
http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FERREIRA, Matheus Oliveira.; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Expressões do agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Territorialização do setor sucroalcooleiro em Uberaba (MG). **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 31, p. 495-522, 1 jun. 2020.

FONSECA, A. A. Uma história social de Uberaba (MG). **História Revista**. Goiânia, v. 19, p. 197. 2014.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

MASSON, Gabriela Abrahão. **A Reforma Agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?** Uma análise a partir dos assentamentos rurais Tereza do Cedro e Dandara de Uberaba/MG. 2016. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

PACHECO, Rafael Araújo. **A influência das elites e das políticas públicas na configuração do espaço urbano: uma crítica a partir do setor leste de Uberlândia (MG)**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

PEREIRA, Danilo Valentim. **Participação política, desenvolvimento territorial, e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo (USP). Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo, 2015.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária**. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: ática, 1993.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a ocupação de terra. Disponível em: <https://mst.org.br/2010/04/07/o-mst-e-a-ocupacao-de-terras/> Acesso em: 10 nov. 2020.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; MASSON, Gabriela Abrahão. Questão agrária em Uberaba (MG): estrutura fundiária, latifúndio e agronegócio. IN: GOMES, M. A. S.; DANTAS, S. M. (Orgs.) **Olhares e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro**. 1 ed. Jundiaí, 2018, p. 275-298.

Recebido em 31 de Janeiro de 2021
Aceito em 07 de Junho de 2021